



IV Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

23, 24 e 25 de setembro de 2025

PNLD: A INTERFACE ENTRE UMA POLÍTICA PÚBLICA E UM PROJETO POLÍTICO-IDEOLÓGICO DE SOCIEDADE

Magda Lima¹
Luciana Sedano²

Resumo: O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) representa uma das políticas nacionais mais consistentes na esfera educacional. Os reflexos do seu avanço, desde a sua implementação enquanto programa até se tornar uma política pública, vêm sendo sentidos a cada proposta, e suas modificações evidenciam os processos sociais, políticos e culturais que permeiam e constroem a sociedade. Esse estudo objetiva realizar uma breve análise do PNLD do ensino médio e suas transformações enquanto Política Pública, com destaque para os decretos e orientações publicadas de 2017 a 2021 (Base Nacional Comum Curricular - BNCC e Reforma do Ensino Médio³), os quais contribuem para o entendimento do contexto político e econômico conturbado que permeou as alterações no programa (Oliveira, 2023). Como objetivo específico, buscou-se analisar os dois últimos períodos de execução do programa, que compreendem o PNLD 2018 e o PNLD 2021, em contextos políticos permeados de contradições e de interesses neoliberais (Oliveira, 2023). Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, cujo aporte teórico inclui a concepção de Estado, abordada por Coutinho (2006), as Políticas Públicas Educacionais e seu alcance, evidenciadas por Höfling (2001), as relações entre Educação, Estado e Economia, numa análise cuidadosa de Martin Carnoy (1986), além de outras leituras que tornam possível que tal discussão seja proposta. Como resultado dessa análise, evidenciamos a necessidade de avaliar até que ponto a BNCC, documento que orienta a elaboração dos livros didáticos do programa em questão, se mostra excludente e fortalece as desigualdades, sobretudo entre escolas públicas e privadas. Desse modo, as modificações nos livros didáticos, a implementação da BNCC, baseada em competências e habilidades, os interesses econômicos na produção e comercialização dos livros didáticos, bem como a Reforma do Ensino Médio, desconsideram as necessidades educacionais e os contextos sociais e culturais específicos dos estudantes, fortalecendo o Estado Capitalista Moderno, que na visão de Höfling (2001) “procura, através das políticas e programas sociais, manter sob controle parcelas da população ainda não inseridas no processo produtivo.” (p.36). Assim, em contraposição ao Neoliberalismo evidenciado no desenvolvimento das políticas educacionais, propõe-se o modelo democrático-popular, em que o Estado passa por uma reorganização que inclua interesses mais amplos, ratificando pressupostos éticos e políticos e não somente os econômicos-corporativos. (Coutinho, 2006). Por fim, para que políticas como o Novo Ensino Médio e a BNCC cumpram o seu papel de oferecer aos estudantes uma educação que promova a equidade e permita a mobilidade social, é necessário que a estrutura, a formação docente e as condições de trabalho nas escolas sejam reelaboradas; e, mais que isso, que os aspectos culturais sejam levados em consideração na elaboração e execução de toda e qualquer Política Pública Educacional. Essa discussão não se encerra em si, mas pretende contribuir com o debate acerca

¹Mestranda pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Orcid: 0009-0003-0550-4048 E-mail: mrslima.ppge@uesc.br

²Doutora pela Universidade de São Paulo (USP), Orcid:0000-0001-7005-3341 E-mail: lssouza@uesc.br

³https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114945



IV Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

23, 24 e 25 de setembro de 2025

das Políticas Públicas em Educação, sobretudo com a exigência de um olhar atento para seus entraves, interesses e contradições.

Palavras-chave: Políticas Públicas; PNLD; BNCC; Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017.** Regulamenta, no âmbito federal, dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 jul. 2017.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **PNLD 2017.** Brasília, DF, 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 13 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular:** ensino médio. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 8 abr. 2021.

CARNOY, Martin. **Educação, economia e Estado:** base e superestrutura, relações e mediações. São Paulo: Autores Associados, 1984.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, Júlio César F.; NEVES, Lúcia M. W. (org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 173-200.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>.

MAINARDES, Jefferson. Reflexões sobre o objeto de estudo da política educacional. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 4, n. 1, p. 186-201, jan./abr. 2018.



IV Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

23, 24 e 25 de setembro de 2025

OLIVEIRA, Igor Luis Santos Marques. **O PNLD no contexto de ruptura institucional: desmonte de uma política pública (2017-2021)**. 2023. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.